NEPP

NÚCLEO DE ESTUDOS E PRÁTICAS EM PSICANÁLISE

ENSAIO | PSICANÁLISE E SOCIOLOGIA

A METAMORFOSE DA CONSCIÊNCIA COLETIVA

Religião, poder, autoridade e organização psíquica das massas: de 1945 ao Brasil contemporâneo

PERCURSO HISTÓRICO

1945 1964 1970 2020+

Rotas de fuga • ruptura institucional • Igreja e resistência • polarização

Prof. Sérgio Costa

Estudo histórico, sociológico e psicodinâmico

UMA INVESTIGAÇÃO EM QUATRO TEMPOS

Da fuga de criminosos de guerra à polarização política contemporânea: um estudo sobre os vínculos afetivos que sustentam instituições, símbolos e figuras de autoridade.

Introdução | Quando a sociedade deixa de interrogar suas convicções

Uma sociedade não se constitui apenas por leis, instituições e sistemas econômicos. Ela também é formada por crenças, representações, identificações, medos e experiências históricas que atravessam gerações.

O indivíduo não nasce politicamente constituído. Sua compreensão de autoridade, justiça, pertencimento e moralidade se desenvolve inicialmente nas relações familiares e se transforma no contato com a escola, a religião, a cultura, os grupos sociais e as instituições.

> **Como indivíduos e coletividades que defendem determinados princípios morais podem justificar comportamentos que contradizem esses mesmos princípios?**

Para investigar esse fenômeno, precisamos recorrer à história, à sociologia e à psicanálise. Os acontecimentos que envolveram a fuga de criminosos nazistas após 1945, o Brasil de 1964, as transformações religiosas dos anos 1970 e os conflitos dos anos 2020 constituem campos distintos de observação.

A aproximação entre eles não implica equivalência histórica ou moral. Permite, entretanto, examinar como autoridades e instituições adquirem diferentes significados conforme as necessidades, os interesses e as identificações de uma coletividade.

1. O Caminho dos Ratos: a contradição entre moralidade e poder

Com o término da Segunda Guerra Mundial, em 1945, integrantes do regime nazista e de movimentos fascistas europeus procuraram escapar da responsabilização por seus crimes. Formaram-se redes clandestinas de fuga, conhecidas como *Ratlines* ou *Caminho dos Ratos*, que facilitaram deslocamentos, especialmente rumo à América do Sul.

A Itália constituiu um importante ponto de passagem. O **Colégio de São Jerônimo, em Roma (San Girolamo)**, aparece em registros históricos como centro associado a uma dessas redes. Entre os religiosos envolvidos figuravam o **bispo austríaco Alois Hudal** e o **padre croata Krunoslav Draganović**,

cujas atividades incluíram auxílio a fugitivos, documentos falsos e organização de transportes. Sua atuação e suas motivações não foram idênticas.

Entre os criminosos nazistas que encontraram refúgio na América do Sul estavam **Adolf Eichmann, Josef Mengele, Klaus Barbie e Franz Stangl**. Suas trajetórias e os intermediários envolvidos variaram: não seria correto afirmar que todos passaram pela mesma organização.

Eichmann, responsável pela logística de deportações de judeus para os centros de extermínio, viveu na Argentina. Em 1960, foi capturado por agentes israelenses, levado a Israel, julgado e executado em 1962. **Mengele**, responsável por experimentos cruéis em Auschwitz, passou pela Argentina e pelo Paraguai e morreu no Brasil, em 1979. **Barbie** fugiu para a Bolívia; documentos norte-americanos mostram que agentes de contrainteligência dos Estados Unidos auxiliaram sua evasão. **Stangl**, comandante de campos de extermínio, foi localizado no Brasil e extraditado em 1967.

A participação documentada de determinados religiosos nessas redes suscita uma pergunta histórica e moral: como integrantes de instituições que proclamam valores cristãos puderam auxiliar pessoas envolvidas em crimes contra a humanidade?

Não devemos confundir a atuação de indivíduos e redes específicas com responsabilidade automaticamente atribuída a toda a Igreja Católica. Os registros do Departamento de Estado norte-americano não demonstram autorização da direção do Vaticano às atividades da rede Ustaša, embora apontem questões que exigem pesquisa.

Na leitura psicodinâmica, podem ser investigados mecanismos de **racionalização, negação e identificação com a autoridade**. São hipóteses interpretativas, não diagnósticos retrospectivos daqueles participantes.

2. O Brasil de 1964: religião, medo e legitimação da autoridade

O governo de João Goulart enfrentava intensa crise política, econômica e institucional, acompanhada de mobilização social. O temor do comunismo foi amplamente utilizado por setores conservadores para mobilizar oposição ao governo.

As **Marchas da Família com Deus pela Liberdade** reuniram multidões e contribuíram para a legitimação social do golpe civil-militar de 1964. Em sua organização e apoio participaram grupos religiosos, empresariais, civis e parcelas expressivas da classe média.

Entretanto, não é historicamente demonstrável que a maioria dos brasileiros desejasse a derrubada de Goulart. Pesquisas de opinião daquele período registraram apoio significativo ao presidente e a propostas de reformas de base.

A utilização conjunta de três representações, **Deus, família e liberdade**, merece investigação. Esses símbolos possuíam significados afetivos profundos e foram mobilizados para apresentar uma intervenção militar como resposta protetora diante de uma ameaça.

Surge uma contradição: a defesa da liberdade foi utilizada por certos grupos para legitimar uma ruptura constitucional que deu origem a um regime marcado por censura, perseguições e tortura. Cabe investigar como diferentes segmentos compreenderam os significados de ordem, segurança, liberdade e autoridade.

3. Os anos 1970: a Igreja diante de suas próprias contradições

Nos anos seguintes ao golpe, setores católicos que inicialmente apoiaram o novo regime passaram a denunciar a repressão e as violações dos direitos humanos. Ao mesmo tempo, grupos religiosos conservadores mantiveram posições distintas.

Destacam-se nesse contexto **Frei Betto** e **Frei Tito de Alencar Lima**, frades dominicanos ligados à resistência à ditadura. Frei Tito sofreu torturas durante a repressão, viveu no exílio e morreu em 1974.

Herbert José de Souza, o Betinho, era sociólogo, não sacerdote. Sua trajetória passou por movimentos católicos, participação política e exílio; mais tarde, tornou-se referência nacional no combate à fome.

A história revela que a religião não produziu uma orientação política única. Havia católicos conservadores, progressistas, anticomunistas, socialistas, defensores do regime e opositores da ditadura.

> **A religião determina o posicionamento político do indivíduo ou a experiência histórica também modifica a maneira como ele interpreta sua própria religião?**

O pertencimento religioso fornece símbolos, normas e referências. O indivíduo, contudo, atribui sentidos particulares a esses elementos a partir de sua história e das experiências sociais que vivencia. As instituições também são atravessadas por conflitos internos e mudanças históricas.

4. Freud: identificação, idealização e autoridade

Em *Psicologia das Massas e Análise do Eu* (1921), **Sigmund Freud** investiga processos pelos quais indivíduos estabelecem vínculos afetivos com líderes e coletividades. A formação de um grupo não depende exclusivamente de interesses racionais compartilhados: envolve identificações, investimentos libidinais e ideais comuns.

O líder pode adquirir uma função simbólica que ultrapassa sua condição individual, passando a encarnar desejos, esperanças e valores coletivos. Sua imagem pode integrar a própria identidade do grupo.

Assim, algumas críticas políticas deixam de ser experimentadas como divergências de opinião e passam a ser percebidas como ataques pessoais ou ameaças ao pertencimento. Entretanto, a identificação não é, por si, patológica: trata-se de um processo fundamental da vida psíquica e social.

O problema aparece quando a identificação reduz a capacidade de julgamento, impede reconhecer contradições e transforma o adversário em figura a ser desqualificada independentemente de seus argumentos.

5. Fromm, Durkheim e Bion: insegurança e funcionamento grupal

Erich Fromm, em *O Medo à Liberdade* (1941), investiga a relação entre autonomia, insegurança e procura de autoridades que prometem proteção. **Émile Durkheim**, ao estudar a anomia, examina o enfraquecimento das referências normativas e dos vínculos de integração social.

Wilfred Bion, em *Experiências com Grupos* (1961), descreve funcionamentos coletivos organizados por pressupostos básicos, como dependência, luta e fuga.

> **Quanto maior a insegurança de uma coletividade, mais importante pode tornar-se a função afetiva atribuída a líderes, instituições e símbolos.**

Essa formulação é uma hipótese, não uma lei geral. A insegurança também pode estimular solidariedade, cooperação e organização democrática, conforme as condições históricas, culturais e institucionais.

6. O Brasil dos anos 2020: novas formas de pertencimento

A pandemia de Covid-19, as disputas políticas, a expansão das plataformas digitais e a circulação acelerada de informações transformaram a experiência cotidiana das relações sociais.

As redes permitem que pessoas constituam comunidades de identificação mesmo sem convivência presencial. A polarização pode adquirir uma dimensão afetiva: a adesão ao próprio campo político passa a conviver com forte rejeição do campo adversário.

Uma notícia pode ser acolhida porque confirma as convicções do grupo ou rejeitada porque ameaça a imagem de uma liderança. Isso não dispensa a investigação dos interesses concretos, das diferenças sociais e das responsabilidades institucionais.

Durante e após as eleições de 2022, grupos contestaram os resultados eleitorais e reivindicaram intervenção militar. Em **8 de janeiro de 2023**, ocorreram invasões e depredações das sedes dos Três Poderes em Brasília, com processos judiciais e responsabilizações conforme as condutas investigadas.

É necessário distinguir manifestação política pacífica, reivindicação institucional e ações destinadas a romper a ordem constitucional. A comparação com 1964 revela uma questão recorrente, sem tornar os eventos equivalentes: em momentos de crise, certos grupos atribuem às instituições militares uma função imaginada de proteção e restauração da ordem.

7. A moralidade proclamada e a moralidade praticada

Talvez uma das maiores contradições da vida coletiva esteja na distância entre os princípios proclamados e os comportamentos efetivamente realizados. Religião, justiça, democracia, pátria, liberdade e direitos humanos são palavras de grande força simbólica.

Entretanto, sua simples utilização não assegura sua realização. Um grupo pode declarar compromisso com a liberdade e demonstrar intolerância diante da divergência; pode reivindicar justiça e relativizar transgressões de seus próprios representantes.

Essas contradições podem aparecer em diferentes movimentos políticos e religiosos, embora suas manifestações concretas não sejam necessariamente equivalentes. A psicanálise pode examinar a participação de **idealização, projeção, cisão e racionalização**, sem converter conceitos clínicos em diagnósticos coletivos generalizados.

8. Sujeito e objeto na organização política

Na teoria das relações objetais, o amadurecimento envolve reconhecer que o outro possui existência independente, com desejos, pensamentos e necessidades próprios. A dificuldade de aceitar essa separatividade pode contribuir para conflitos e respostas defensivas.

Por analogia, podemos investigar se certas identificações políticas dificultam reconhecer a autonomia e a legitimidade de quem pensa diferentemente. A discordância deixa então de ser apenas uma diferença discutível e passa a ser vivida como ameaça à identidade coletiva.

A analogia exige limites: conflitos políticos envolvem interesses reais, desigualdades materiais e disputas institucionais que não podem ser reduzidos à psicologia individual.

> **Quanto da hostilidade política decorre de divergências concretas e quanto é intensificado pela necessidade de preservar a identidade do próprio grupo?**

9. Uma hipótese sobre a consciência coletiva contemporânea

A história das instituições não pode ser compreendida apenas por suas estruturas formais. É necessário examinar os vínculos afetivos e simbólicos que os indivíduos estabelecem com elas.

O Caminho dos Ratos mostra como interesses ideológicos e políticos participaram da proteção de criminosos de guerra; 1964 revela a mobilização de símbolos religiosos e patrióticos na legitimação de uma ruptura institucional; os anos 1970 mostram diferentes respostas religiosas à repressão; e os anos 2020 oferecem novas condições digitais de identificação e conflito.

Esses processos não demonstram uma estrutura psíquica única ou continuidade ideológica automática entre épocas. Permitem, contudo, investigar tensões recorrentes entre convicção e reflexão, pertencimento e autonomia, autoridade e responsabilidade.

Considerações finais | Pensar como condição de liberdade

O problema não consiste apenas em identificar quem governa, quem se opõe ou quais instituições concentram poder. A questão mais profunda é compreender como o sujeito estabelece sua relação com a autoridade e quais condições lhe permitem preservar a capacidade de julgamento diante das pressões coletivas.

Maturidade política não exige ausência de convicções, mas a possibilidade de submetê-las à investigação. Não exige abandonar a religião, valores familiares ou pertencimentos, mas reconhecer que nenhum deles elimina a responsabilidade pelos próprios atos.

Uma sociedade capaz de pensar criticamente precisa admitir o conflito, distinguir fatos de interpretações e reconhecer que nenhuma autoridade está dispensada de prestar contas.

A psicanálise e a sociologia não oferecem respostas definitivas para os conflitos brasileiros; fornecem instrumentos para investigar suas contradições e examinar se antigas angústias e identificações estão encontrando novas formas de expressão.

> **O pior inferno é a incapacidade de pensar.**

Prof. Sérgio Costa

Ensaio de interpretação histórica e psicodinâmica. A discussão de mecanismos coletivos não constitui diagnóstico clínico de indivíduos, movimentos ou grupos políticos.

Referências teóricas essenciais

• Freud, S. *Totem e Tabu* (1913); *Psicologia das Massas e Análise do Eu* (1921); *O Mal-Estar na Civilização* (1930).

• Durkheim, É. *Da Divisão do Trabalho Social* (1893); *O Suicídio* (1897).

• Fromm, E. *O Medo à Liberdade* (1941).

• Bion, W. R. *Experiências com Grupos* (1961).

Fontes históricas e documentais

01. Departamento de Estado dos EUA (1998), relatório sobre redes Ustaša, o Colégio de São Jerônimo e Krunoslav Draganović. [consultar fonte]

02. National Archives (EUA), documentos sobre a proteção e a fuga de Klaus Barbie. [consultar fonte]

03. United States Holocaust Memorial Museum, biografia histórica de Josef Mengele. [consultar fonte]

04. FGV CPDOC, O golpe de 1964 e a instauração do regime militar. [consultar fonte]

05. Cordeiro, J. M. (2021), A Marcha da Família com Deus pela Liberdade em São Paulo, Revista de História (USP). [consultar fonte]

06. Memórias da Ditadura, biografia de Frei Tito de Alencar Lima. [consultar fonte]

07. Supremo Tribunal Federal, panorama judicial dos atos de 8 de janeiro de 2023. [consultar fonte]

© Prof. Sérgio Costa | Núcleo de Estudos e Práticas em Psicanálise - NEPP.
Material de estudo. Reprodução mediante autorização.